

VECTIS PARTNERS HOLDING S/A SCP FIDUC

CNPJ(ME) 30.988.602/0001-60

Valores em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

A T I V O	31/12/22	31/12/21
ATIVO NÃO CIRCULANTE	150	150
INVESTIMENTOS	150	150
Outros investimentos	150	150
TOTAL DO ATIVO	150	150
P A S S I V O	31/12/22	31/12/21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	150	150
Capital:	150	150
De domiciliados no país	150	150
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	150	150

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VECTIS PARTNERS HOLDING S/A SCP FIDUC

Valores em milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	T O T A L 31/12/21
Saldos iniciais em 01/01/21	150	150
Mutações do Período	-	-
Saldos finais em 31/12/21	150	150

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	T O T A L 31/12/22
Saldos iniciais em 01/01/2022	150	150
Mutações do Período	-	-
Saldos finais em 31/12/22	150	150

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A **Vectis Partners Holding S.A. SCP FIDUC** (“Empresa”) foi constituída em 28 de maio de 2018, e tem como objeto social o investimento na sociedade **FIDUC HOLDING S.A.** (“Investida”), com a aquisição de 150.000 ações sociais representativas de 1,94% do capital social da Investida.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa são os Reais, porém estas demonstrações financeiras estão apresentadas em valores expressos em milhares de reais

4 Uso de estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justos dos ativos e passivos financeiros, e a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

5 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por dinheiro em mãos e saldos bancários em contas correntes de alta liquidez e que são prontamente conversíveis em numerário.

b. Instrumentos financeiros

Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios dentro do qual são mantidos e nas suas características de fluxo de caixa contratual, nas seguintes categorias:

(i) Custo Amortizado: quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

(ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

(iii) Valor Justo por meio do Resultado: para os ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

c. Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Empresa maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40, Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

e. Investimentos

Os investimentos estão representados por 1,94% do capital da Investida “FIDUC Holding S.A”.

f. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências são reconhecidas em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

g. Apuração de resultado

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

h. Impostos de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), são calculadas com base no lucro presumido, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6 Gerenciamento de riscos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela alta Administração da Empresa.

- (a) Risco Operacional é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e

controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional.

- (b) Risco de Mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações e do prazo. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- (c) Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.
- (d) Risco de liquidez é o risco de que a Empresa terá em encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

7 Patrimônio líquido

7.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 150 dividido em 150.000 ações.

8 Outros assuntos

Não há eventos subsequentes após o encerramento do exercício de 2022.

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC-1SP 110330/O-6